

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA  
Rua Emídio dos Santos - Bairro Barbalho - CEP 40301-015 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA**

**CAMPUS SALVADOR - UASG: 158411**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/21**

**SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA,  
EXCETO TIC**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_\_/2026**

**(Processo Administrativo nº 23279.000765/2026-22)**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A presente contratação tem como objeto: "**Contratação de Empresa Especializada para Prestação do Serviço Continuado de Fornecimento de Gases Especiais para atender aos Laboratórios do Departamento Acadêmico de Química (DAQ) e ao Departamento Acadêmico de Tecnologia Mecânica (DATM), do Instituto Federal da Bahia - IFBA/Campus Salvador, em regime de comodato de cilindros sem ônus à Contratante**", nos termos da tabela 01 abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. A licitação será realizada em grupo único, formado por 13 (treze) itens, conforme tabela 01 deste termo de referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**TABELA 01:** Descrição, Quantitativos e Valores dos Itens.

GRUPO	DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS MATERIAIS/SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS / CONTRATADOS	CÓDIGO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

01.	<p><b>OBJETO:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO CONTINUADO DE FORNECIMENTO DE GASES ESPECIAIS DIVERSOS.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO CONTINUADO DE FORNECIMENTO DE GASES ESPECIAIS DIVERSOS PARA OS LABORATÓRIOS DO DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE QUÍMICA - DAQ E O DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE TECNOLOGIA MECÂNICA - DATM DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA/CAMPUS SALVADOR, EM REGIME DE COMODATO DE CILINDROS SEM ÔNUS À CONTRATANTE. OBS.: O GRUPO 01 (UM) É COMPOSTO PELOS ITENS 01 - 13.</p>	4138	SERVIÇO	01	R\$ 234.000,50	R\$ 234.000,50
ITEM	DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS MATERIAIS/SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS / CONTRATADOS	CÓDIGO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

01.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS HÉLIO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA 6.0, TEOR MÍNIMO DE 99,9999%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7. DAQ.</p>	430609	m <sup>3</sup>	40	R\$ 580,00	R\$ 23.200,00
02.	<p><b>O B J E T O :</b> GÁS HIDROGÊNIO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H2, MASSA MOLECULAR 2,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO 5.0, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 1333-74-0. DAQ.</p>	381871	m <sup>3</sup>	40	R\$ 152,89	R\$ 6.115,60

03.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS NITROGÊNIO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N<sub>2</sub>, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO 5.0, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7727-37-9.</p> <p>DAQ - 150 m<sup>3</sup>; DATM - 360 m<sup>3</sup>.</p>	366180	m <sup>3</sup>	510	R\$ 134,97	R\$ 68.834,70
04.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS ARGÔNIO ULTRAPURO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO 5.0, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440 37-1. DAQ.</p>	391508	m <sup>3</sup>	300	R\$ 125,24	R\$ 37.572,00

05.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS AR SINTÉTICO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO 5.0. DAQ.</p>	377322	m <sup>3</sup>	40	R\$ 116,72	R\$ 4.668,80
06.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS ÓXIDO NITROSO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR E SABOR ADOCICADO, FÓRMULA QUÍMICA N<sub>2</sub>O, MASSA MOLECULAR 38,63 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 98% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10024-97-2. COM NÍVEIS BAIXOS DE HIDROCARBONETOS, ÁGUA, CO E CO<sub>2</sub>. DAQ.</p>	374706	Kg	33	R\$ 67,10	R\$ 2.214,30

07.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS ACETILENO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C2H2, MASSA MOLECULAR 26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2. COM NÍVEIS BAIXOS DE PH3 E H2S. DAQ.</p>	370022	Kg	18	R\$ 123,60	R\$ 2.224,80
08.	<p><b>O B J E T O :</b> GÁS ACETILENO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C2H2, MASSA MOLECULAR 26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2 FORNECIMENTO EM CILINDROS DE 09 (NOVE) KG. DATM.</p>	366212	kg	250	R\$ 136,00	R\$ 34.000,00

09.	<p><b>O B J E T O :</b> GÁS ACETILENO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C2H2, MASSA MOLECULAR 26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2 FORNECIMENTO EM CILINDROS DE 01 (UM) KG. DATM.</p>	366212	kg	40	R\$ 136,00	R\$ 5.440,00
10.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS OXIGÊNIO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O2, MASSA MOLECULAR 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782 44-7 FORNECIMENTO EM CILINDROS DE 1(UM) M³. DATM.</p>	366173	m³	60	R\$ 91,33	R\$ 5.479,80

11.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS OXIGÊNIO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR. GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O<sub>2</sub>, MASSA MOLECULAR 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782 44-7 FORNECIMENTO EM CILINDROS DE 10 (DEZ)M<sup>3</sup>. DATM.</p>	366173	m <sup>3</sup>	250	R\$ 91,33	R\$ 22.832,50
12.	<p><b>OBJETO:</b> GÁS ARGÔNIO.</p> <p><b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-37-1 FORNECIMENTO EM CILINDROS DE 10 (DEZ)M<sup>3</sup>. DATM.</p>	415106	m <sup>3</sup>	100	R\$ 169,18	R\$ 16.918,00



13.	<b>O B J E T O :</b> MISTURA GASOSA 25% CO <sub>2</sub> +75% ARGÔNIO.  <b>LOCAL DE ENTREGA:</b> IFBA/CAMPUS SALVADOR.  <b>DESCRIÇÃO DETALHADA :</b> GÁS COMPRIMIDO, NOME MISTURA GASOSA ARGÔNIO / DIÓXIDO DE CARBONO (75% Ar + 25% CO <sub>2</sub> ), ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, NÃO INFLAMÁVEL, COMPOSIÇÃO QUÍMICA Ar / CO <sub>2</sub> , MASSA MOLAR MÉDIA APROXIMADA 39,95 G/MOL (Ar) E 44,01 G/MOL (CO <sub>2</sub> ), GRAU DE PUREZA INDUSTRIAL, TEOR DE MISTURA CONTROLADO (75% ARGÔNIO E 25% DIÓXIDO DE CARBONO), NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-37-1 (ARGÔNIO) E 124-38-9 (DIÓXIDO DE CARBONO). FORNECIMENTO EM CILINDROS DE 10 (DEZ)M <sup>3</sup> . DATM.	257805	m <sup>3</sup>	100	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 234.000,50</b>

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

<b>ÓRGÃO GERENCIADOR: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA/CAMPUS SALVADOR - UASG: 158411</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO/ESPECIF.</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>REQUISIÇÃO MÍNIMA</b>	<b>REQUISIÇÃO MÁXIMA</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL</b>
01.	GÁS HÉLIO	m <sup>3</sup>	8	40	40
02.	GÁS HIDROGÊNIO	m <sup>3</sup>	7	40	40
03.	GÁS NITROGÊNIO	m3	27	510	510
04.	GÁS ARGÔNIO ULTRAPURO	m3	30	300	300
05.	GÁS AR SINTÉTICO	m3	9	40	40
06.	GÁS ÓXIDO NITROSO	Kg	29	33	33
07.	GÁS ACETILENO	Kg	8	18	18
08.	GÁS ACETILENO	kg	50	250	250

09.	GÁS ACETILENO	kg	20	40	40
10.	GÁS OXIGÊNIO	m³	30	60	60
11.	GÁS OXIGÊNIO	m³	70	250	250
12.	GÁS ARGÔNIO	m³	20	100	100
13.	MISTURA GASOSA 25% CO <sub>2</sub> +75% ARGÔNIO	m³	10	100	100

#### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. A contratação do serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que os gases especiais são essenciais para as atividades acadêmico-científicas, sendo sua demanda contínua para a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão bem como para o funcionamento dos equipamentos. Será fundamental a existência de empresa responsável pelo fornecimento durante todo o ano, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

#### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze)** meses, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Na ocorrência de divergências entre as especificações descritas no Código de Materiais/Serviços (CATMAT/CATSERV) e as constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

1.7. A prestação do serviço será realizada no seguinte endereço: **IFBA/Campus Salvador - R. Emídio dos Santos, s/n - Barbalho, Salvador - BA, 40301-015.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 O Departamento Acadêmico de Química (DAQ) e o Departamento Acadêmico de Tecnologia Mecânica (DATM) do IFBA/Campus Salvador, têm como atribuições a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de suas competências. Para cumprimento dessas atribuições, algumas das suas atividades são executadas em laboratórios, que demandam o uso contínuo de materiais específicos, como os gases especiais.

2.2 Além disso, o DAQ e o DATM possuem em seus laboratórios e oficinas alguns equipamentos que, para o adequado funcionamento, demandam o uso contínuo de gases especiais. A continuidade no fornecimento dos gases especiais é essencial para evitar a possibilidade de interrupção das atividades dos laboratórios do DAQ e dos laboratórios e oficinas do DATM.

2.3 Por esse motivo, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para o serviço continuado de fornecimento de gases especiais diversos, visando à preservação das referidas atividades bem como à manutenção dos equipamentos que necessitam de tais insumos.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob número da demanda nº 13 e 92/2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo já encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, e em linhas gerais, abrange a "**Contratação de Empresa Especializada para Prestação do Serviço Continuado de Fornecimento de Gases Especiais para atender aos Laboratórios do Departamento Acadêmico de Química - DAQ e o Departamento Acadêmico de Tecnologia Mecânica - DATM, do Instituto Federal da Bahia - IFBA/Campus Salvador, em regime de comodato de cilindros sem ônus à Contratante**".

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Assegurar que o material a ser adquirido atenda as diretrizes de sustentabilidade, e promovam menor impacto sobre os recursos naturais, além de oferecer maior eficiência na utilização dos recursos naturais, menor custo de manutenção dos equipamentos conforme estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais. Ademais, os itens a serem licitados, conforme Tabela 01, deve atender as especificações contidas na descrição do item.

4.1.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.3. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.5. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs).

4.1.7. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação;

4.1.8. A comprovação do disposto nestes subitens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.2. A CONTRATADA deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, tais como:

4.2.1. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;

**Indicação de marcas ou modelos** ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

4.3. Na presente contratação não há indicação de marcas, deverá ser ofertado conforme características e especificações disponíveis na descrição do objeto neste documento.

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (SUPRIMIDO).**

**Da exigência de carta de solidariedade (SUPRIMIDO).**

#### **Subcontratação**

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O fornecimento dos gases ocorrerá sob demanda.

5.1.2. Os cilindros serão disponibilizados em regime de Comodato (Aplicação), sem custo adicional à CONTRATANTE.

5.1.2.1. A CONTRATADA deverá ceder e manter os cilindros de acordo com a necessidade, que serão devolvidos em sua totalidade ao final da vigência do contrato, depois de consumidos seus conteúdos.

5.1.3. O prazo para primeira entrega é de 20 (vinte) dias corridos, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho. A partir da primeira entrega, deverá ser observado os requisitos abaixo:

a) O prazo de entrega dos gases deverá ser de 07 (sete) dias corridos a contar da data de solicitação da CONTRATANTE;

b) Havendo necessidade de prorrogação dos prazos acima, a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE através de e-mail com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, as razões respectivas através de comprovantes, laudos para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

c) Após análise da justificativa e dos documentos apresentados, fica a critério da CONTRATANTE, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, a concessão de novo prazo, no limite daquele inicialmente estabelecido ( sete dias corridos);

d) A concessão que trata o item acima não exclui a possibilidade de penalização por parte da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

e) Em casos emergenciais o suprimento deverá ser realizado em no máximo 48 horas a partir da solicitação;

5.1.4. Após o recebimento e inspeção preliminar, caso o cilindro de gás não seja aprovado, o mesmo deverá ser substituído num prazo de 48h após a comunicação pela CONTRATANTE, ficando a nota fiscal retida para pagamento até o ato da substituição.

5.1.5. Após o encerramento do contrato, retirar os cilindros disponibilizados em Comodato, ao término de sua utilização, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da comunicação por escrito da CONTRATANTE, às expensas da CONTRATADA.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA/Campus Salvador, R. Emídio dos Santos, s/n - Barbalho, Salvador - BA, 40301-015.

5.3. Os serviços serão prestados no horário de expediente do IFBA/Campus Salvador, das 08h às 17h, e deverão atender totalmente as demandas do IFBA/Campus Salvador. Caso haja necessidade para atender demandas eventuais ou de emergências a empresa deverá dispor de um plantão 24h.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Quando realizada as entregas, deverá dispor de mão-de-obra própria para as operações de carga, descarga, transporte e manuseio dos cilindros.

5.4.1.1. Ficará a cargo da CONTRATADA o transporte dos cilindros até o local de entrega ou no local de armazenagem, conforme orientação da Fiscalização do Contrato. Entende-se por transporte a entrega dos cilindros cheios e a retirada dos cilindros vazios.

5.4.2. Todos os abastecimentos e/ou entregas deverão ser acompanhadas por funcionário da área técnica requisitante (DAQ ou DATM). Caberá à área técnica solicitante o recebimento e aceito dos materiais, bem como o atesto da nota fiscal, conforme as especificações do edital.

5.4.3. Quando da entrega e/ou abastecimento, um funcionário da CONTRATANTE deverá acompanhar e emitir comprovante respectivo das quantidades de cada gás fornecidas, contendo a data do abastecimento/entrega, o nome, o cargo, a assinatura e o número da matrícula do servidor da CONTRATANTE, responsável pelo recebimento, e o nome e assinatura do profissional da CONTRATADA que efetuou o serviço.

5.4.4. No Estudo Técnico Preliminar - ETP, anexo a esta contratação, são apresentadas de forma não exaustiva rotinas que poderão ser aplicadas para garantir a boa prestação do serviço.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, conforme descrição e exigências deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

a) Os cilindros deverão dispor de capacete de proteção da válvula de manobra. As válvulas deverão vir devidamente lacradas.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base a rotina de atividades de ensino e pesquisa que acontecem diariamente nos laboratórios/oficinas do Departamento Acadêmico de Química - DAQ e do Departamento Acadêmico de Tecnologia Mecânica - DATM.

a) No Departamento de Química (DAQ), o abastecimento é do tipo centralizado, visto que possui uma central (casa) de gases;

b) No Departamento de Mecânica (DATM), o abastecimento é do tipo descentralizado, uma vez que os cilindros são utilizados nos pontos de consumo.

5.7. A quantidade mínima de gás e de Cilindros para aplicação inicial por Departamento, encontram-se descritos nas tabelas 02 e 03 abaixo:

**TABELA 02:** Estimativas de consumo mínimo e aplicação de cilindros para o Departamento de Química - DAQ.

<b>Órgão Gerenciador: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA - CAMPUS SALVADOR – UASG: 158411.</b> <b>Departamento: DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE QUÍMICA - DAQ</b>				
ITEM	DESCRIÇÃO	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	APLICAÇÃO DE CILINDROS
01	Gás Hélio	8 m <sup>3</sup>	40 m <sup>3</sup>	1
02	Gás Hidrogênio	7 m <sup>3</sup>	40 m <sup>3</sup>	1
03	Gás Nitrogênio	27 m <sup>3</sup>	150 m <sup>3</sup>	3
04	Gás Argônio ultrapuro	30 m <sup>3</sup>	300 m <sup>3</sup>	3
05	Gás Ar Sintético	9 m <sup>3</sup>	40 m <sup>3</sup>	1
06	Gás Óxido Nitroso	29 Kg	33 Kg	1
07	Gás Acetileno 99,5% V/V	8 Kg	18 Kg	1
08	Gás Acetileno 98%	---	---	---
09	Gás Acetileno 98%	---	---	---
10	Gás Oxigênio	---	---	---
11	Gás Oxigênio	----	---	---
12	Gás Argônio 99,99%	---	---	---
13	Mistura gasosa 25% CO <sub>2</sub> +75% Argônio	---	---	---

**TABELA 03:** Estimativas de consumo mínimo e aplicação de cilindros para o Departamento de Tecnologia Mecânica - DATM.

<b>Órgão Gerenciador: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA - CAMPUS SALVADOR – UASG: 158411.</b> <b>Departamento: DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE TECNOLOGIA MECÂNICA - DATM</b>				
ITEM	DESCRIÇÃO	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	APLICAÇÃO DE CILINDROS
01	Gás Hélio	---	---	---
02	Gás Hidrogênio	---	---	---
03	Gás Nitrogênio	120 m <sup>3</sup>	360 m <sup>3</sup>	4
04	Gás Argônio ultrapuro	----	---	---
05	Gás Ar Sintético	----	---	---
06	Gás Óxido Nitroso	----	---	---
07	Gás Acetileno 99,5% V/V	---	---	---
08	Gás Acetileno 98%	50 Kg	250 Kg	5
09	Gás Acetileno 98%	20 Kg	40 Kg	3

10	Gás Oxigênio	30 m <sup>3</sup>	60 m <sup>3</sup>	3
11	Gás Oxigênio	70 m <sup>3</sup>	250 m <sup>3</sup>	7
12	Gás Argônio 99,99%	20 m <sup>3</sup>	100 m <sup>3</sup>	2
13	Mistura gasosa 25% CO <sub>2</sub> +75% Argônio	10 m <sup>3</sup>	100m <sup>3</sup>	1

### **Especificação da garantia do serviço**

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. O prazo de validade do gás deve ser no mínimo 80% (oitenta por cento) do prazo original do fabricante, que será contado da data do atesto do recebimento dos materiais.

### **Uniformes**

5.10. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual à sua equipe técnica. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, com condições mínimas de apresentação, confeccionados com tecido e material de qualidade, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

### **Das normas técnicas e de segurança**

5.11. Os materiais a serem empregados e o serviço a ser executado deverão obedecer rigorosamente:

5.11.1. ABNT NBR 12176/2010 - Cilindros para gases - identificação do conteúdo;

5.11.2. ABNT NBR 17505 - Armazenamentos de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis;

5.11.3. ABNT NBR 14725 - FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos);

5.11.4. Norma Regulamentadora Nº 6 (NR-6) - Equipamento de proteção individual (EPI);

5.11.5. Norma Regulamentadora Nº 11 (NR-11) - Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;

5.11.6. Norma Regulamentadora Nº 13 (NR-13) - Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento;

5.11.7. Aos demais regulamentos emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aplicáveis na execução do objeto;

5.11.8. Evidentemente, estas normas não são exaustivas, mas, sim, meramente exemplificativas, podendo outras condutas ser enquadradas e aplicáveis ao objeto do Contrato.

### **Procedimentos de transição e finalização do Contrato**

5.12. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não necessita manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.20. A inobservância das especificações técnicas deste edital implicará na não aceitação parcial ou total do serviço, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

6.21. É vedada a contratação, pelas empresas prestadoras de serviço, de servidor do quadro do IFBA/Campus Salvador, ativo ou inativo há menos de (05) cinco anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau.

### **Gestor do Contrato**

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. . (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.22.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.22.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto na **TABELA 04**, disposta neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**TABELA 04:** Instrumento de medição de resultado (IMR).

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	GRAU	NOTA	TOTAL E = C x D
Qualidade do Produto	Conformidade dos gases entregues com as especificações técnicas contratadas.	3		
Pontualidade na entrega	Tempo de entrega dentro do prazo estipulado ( menor ou igual que dias úteis).	3		
Documentação	Entrega de certificados e notas fiscais corretos.	2		
Atendimento Emergencial	Tempo de resposta para solicitações emergenciais (menor que 24 horas).	3		
Estado dos Cilindros	Condições físicas e segurança dos cilindros entregues.	3		
Satisfação do Cliente	Pesquisa de satisfação com setores internos.	2		
VALORES DAS NOTAS ( 5 - Ótimo; 4 - Bom; 3 - Regular; 2 - Insatisfatório; 1 - ruim; 0 - não realizado)				
GRAU ( 1 - IMPACTO BAIXO; 2 - IMPACTO MEDIO; 3 - IMPACTO ALTO)				



CONCEITO	PONTUAÇÃO TOTAL (%)	PERCENTUAL DE AJUSTE DA FATURA MENSAL
A	Maior ou igual a 70	0%
B	Maior que 60 menor que 70	1,00%
C	Maior que 50 menor ou igual a 60	2,00%
D	Menor ou igual a 50	3,00%

7.3.1. Para mensurar o percentual de ajuste da fatura, o Fiscal Técnico preencherá a tabela de acordo com a ponderação verificada para cada quesito, somará as notas e enquadrará a nota final de acordo com a coluna conceito, resultando no percentual que deverá ser ajustado no pagamento.

7.3.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.3.2.2. eixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.3.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## Do Recebimento

7.4. Por se tratar de um fornecimento contínuo, os gases serão recebidos durante o período mensal, sendo a entrega realizada juntamente com nota fiscal de remessa, de acordo com as solicitações da CONTRATADA. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a

responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.19.1. o prazo de validade;

7.19.2. a data da emissão;

7.19.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.19.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.19.5. o valor a pagar; e

7.19.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

## **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Antecipação de pagamento (SUPRIMIDO)**

### **Reajustes**

7.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/01/2028.

### **Cessão de crédito**

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.32. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.33. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.35. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.36. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador (SUPRIMIDO)**

### **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento).

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinta por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços (SUPRIMIDO)**

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação jurídica

- 9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 9.13. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios

sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, no caso específico o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade

9.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.37.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.37.1.1. Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível em características e prazo com o objeto a ser contratado, comprovando que a licitante tenha prestado ou estejam prestando serviços de manutenção em plataformas/elevadores de acordo com as características do objeto do termo de referência;

9.37.1.2. Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional responsável da licitante, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Atestado de Capacidade Técnica-Operacional expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade de manutenção preventiva e corretiva de plataformas/elevadores, compatível em características e prazo com o objeto em tela. O(s) Responsável(is) Técnico(s) constante(s) da(s) CAT deverá(ão) ser engenheiro(s) mecânico(s), o que será comprovado pela Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica fornecida pelo CREA vigente;

9.37.1.3. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de funcionários, na data da licitação, pelo menos 01 (um) profissional de nível superior ou outro apto a desenvolver as atividades relacionadas com o objeto desta licitação, para atuar como Responsável Técnico no Contrato, mediante apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional e de um documento que comprove o vínculo empregatício com a Licitante;

9.37.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.



9.37.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.37.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.40. Para a atividade de transporte também será exigido o cumprimento da legislação aplicável, porém caso a empresa licitante classificada e/ou vencedora não tenha uma empresa de transporte contratado com a documentação deverá emitir uma declaração, que no ato da entrega contratará uma empresa que detenha tais documentos. Se no momento da entrega a empresa for fornecer o objeto fora da legislação vigente sofrerá sanções administrativas contidas no Termo de Referência e no edital, além da denúncia aos órgãos competentes.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.46.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.6.1. ata de fundação;

9.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembleia;

9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

9.46.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

9.46.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.47. Empresas que não tiverem com seus documentos regulares serão desclassificadas.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 234.000,50 (Duzentos e trinta e quatro mil e cinquenta centavos)**, conforme

custos unitários apostos na **TABELA 01**.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. Por tratar-se de licitação via registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme disciplina o art. 17. do Decreto 11.462, de 31 de Março de 2023.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DA ELABORAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA (ACRESCENTADO)**

12.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Departamento Acadêmico de Química - DAQ e Departamento Acadêmico de Tecnologia Mecânica - DATM do IFBA/Campus Salvador, em consonância com as disposições legais e normativos aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, e integra o processo administrativo e em conformidade com o "[Termo de Referência único serviços \(com, sem, engenharia\) e obras Lei 14.133 \(dezembro/2025\)](#)", AGU, disponível em: <<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia>>.

## **13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ACRESCENTADO)**

13.1. Nome: Alex Silva de Cerqueira - SIAPE: 2259476;

13.2. Nome: Carina Soares do Nascimento - SIAPE: 2610895;

13.3. Nome: Durval César Batista de Carvalho - SIAPE: 1161859;

13.4. Nome: Helder Alves Cerqueira - SIAPE: 2323698;

13.5. Nome: Luis Gabriel Guanabara Keler Gesteira - SIAPE: 2178169;

13.6. Nome: Marluce Moraes Oliveira Santos - SIAPE: 2324160;

13.7. Nome: Vanuza Alves dos Santos do Espírito Santo - SIAPE: 2259470;

13.8. Nome: Jeferson Luiz Torres Vianna - SIAPE: 2185272.

## **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **15. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO (ACRESCENTADO)**

15.1. A Diretora Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA/Campus Salvador, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e alterações, do Decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019, e do Decreto nº 11.462, de 31 de Março de 2023, aprova o presente termo de referência, e autoriza a abertura do processo.

Salvador, 06 de Fevereiro de 2026

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Assinatura da Autoridade Competente





Documento assinado eletronicamente por **LUIS GABRIEL GUANABARA KELER GESTEIRA**, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em 06/02/2026, às 17:20, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARLUCE MORAES OLIVEIRA SANTOS**, Técnico(a) de Laboratório de Química, em 09/02/2026, às 07:35, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JEFERSON LUIZ TORRES VIANNA**, Chefe de Compras, em 09/02/2026, às 08:08, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALEX SILVA DE CERQUEIRA**, Técnico(a) de Laboratório de Química, em 09/02/2026, às 08:50, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUANDA KIVIA DE OLIVEIRA RODRIGUES**, Diretora Geral do Campus Salvador, em 09/02/2026, às 12:00, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **VANUZA ALVES DOS SANTOS DO ESPIRITO SANTO**, Técnico(a) de Laboratório de Química, em 09/02/2026, às 14:44, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Durval Cesar Batista de Carvalho**, Técnico(a) de Laboratório de Química, em 09/02/2026, às 18:21, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4663064** e o código CRC **B5AD4FA2**.